

## ***POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS***

**Unidades Gestoras:** Diretoria de Finanças, Controles e Relações com Investidores – DIFIC  
Superintendência de Gestão de Riscos – SUGER  
Superintendência de Finanças - SUFIN  
Área de Gestão de Risco de Crédito – AGERC  
Área de Relações com Investidores - ARINV  
Área de Contabilidade – ARCON

*Aprovada pela Resolução da Diretoria nº 1319, de 16/10/2025 e decidido na reunião de Diretoria Executiva de 23/09/2025 e de Conselho de Administração de 06/10/2025. (\*)*

### **SUMÁRIO**

<b>CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES .....</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO III – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO IV – REGULAMENTAÇÃO ASSOCIADA .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO V – DIRETRIZES GERAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO VI – CONDIÇÕES E LIMITES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO VII – TRANSPARÊNCIA .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO VIII – GESTÃO DA POLÍTICA.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>9</b>

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 1 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------

## CAPÍTULO I – DEFINIÇÕES

**Art. 1º** Na aplicação e interpretação dos conceitos e condições contidos na Política de Transações com Partes Relacionadas, os termos abaixo relacionados terão os seguintes significados:

<b>Operações de Crédito</b>	<p>Consideram-se operações de Crédito:</p> <p><b>I-</b> Empréstimos e financiamentos;</p> <p><b>II-</b> Adiantamentos;</p> <p><b>III-</b> Operações de arrendamento mercantil financeiro;</p> <p><b>IV-</b> Prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros;</p> <p><b>V-</b> Disponibilização de limites de crédito e outros compromissos de crédito;</p> <p><b>VI-</b> Créditos contratados com recursos a liberar;</p> <p><b>VII-</b> Depósitos interfinanceiros regulados nos termos do Art. 4º, inciso XXXII, da Lei nº 4.595/1964;</p> <p><b>VIII-</b> Depósitos e aplicações no exterior, nos termos da regulamentação em vigor, em instituições financeiras ou equiparadas a instituições financeiras;</p> <p><b>IX-</b> Quaisquer operações com características de operações de crédito.</p>
<b>Partes Relacionadas</b>	<p>Em relação ao Banese, consideram-se partes relacionadas para <u>fins de operações de crédito</u>, nos termos da Resolução CMN 4.693/2018:</p> <p><b>I-</b> Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do Art.116 da Lei nº 6.404/1976;</p> <p><b>II-</b> Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;</p> <p><b>III-</b> O cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas naturais mencionadas nos incisos I e II;</p> <p><b>IV-</b> As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;</p> <p><b>V-</b> As pessoas jurídicas:</p> <p><b>a)</b> Com participação societária qualificada em seu capital;</p> <p><b>b)</b> Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;</p>

	<p><b>c)</b> Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;</p> <p>Que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.</p> <p>Para as demais transações com partes relacionadas, observando o disposto na Resolução CVM nº 94/2022, consideram-se partes relacionadas em relação ao Banese:</p> <p><b>I-</b> Pessoas físicas ou membros próximos de suas famílias (cônjuge ou companheiro (a); filhos da pessoa física, do cônjuge ou companheiro (a); dependentes da pessoa física, de seu cônjuge ou companheiro (a)), caso:</p> <p><b>a)</b> Tenham controle pleno ou compartilhado do Banese;</p> <p><b>b)</b> Tenham influência significativa sobre o Banese;</p> <p><b>c)</b> Sejam pessoa chave da administração do Banese ou de seu controlador.</p> <p><b>II-</b> Pessoas jurídicas, caso:</p> <p><b>a)</b> Sejam membros do mesmo grupo econômico do Banese;</p> <p><b>b)</b> Sejam coligadas ou controladas em conjunto (<i>joint venture</i>) de uma terceira pessoa jurídica;</p> <p><b>c)</b> Estejam sobre o controle conjunto (<i>joint venture</i>) de uma terceira pessoa jurídica;</p> <p><b>d)</b> Estejam sobre o controle conjunto de uma terceira pessoa jurídica da qual o Banese seja sociedade coligada;</p> <p><b>e)</b> Seja a Pessoa Jurídica uma entidade administradora ou um plano de benefícios pós- emprego, cujos beneficiários são os empregados do Banese;</p> <p><b>f)</b> Sejam controladas, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa física considerada Parte Relacionada com o Banese;</p> <p><b>g)</b> Sejam influenciadas de forma significativa por uma das pessoas físicas identificadas no item I, ou sejam membro do pessoal chave da administração do Banese.</p>
<b>Pessoas chaves da Administração</b>	<p>Pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Banco, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).</p>

<b>Participação Qualificada</b>	<p>Considera-se qualificada a participação, direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas que, não sendo controlador, detenha:</p> <p><b>I-</b> Participação direta equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais do capital votante da instituição;</p> <p><b>II-</b> Participação direta equivalente a 10% (dez por cento) ou mais do capital total da instituição, quando esse capital não consistir integralmente de capital votante;</p> <p><b>III-</b> Controle de pessoa jurídica detentora da participação prevista na alínea "a" ou na alínea "b"; ou</p> <p>Participação no capital de pessoa jurídica controladora da instituição, no percentual previsto na alínea "a" ou no percentual previsto na alínea "b".</p>
<b>Influência Significativa e Pessoas com Influência Significativa</b>	<p>É o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma sociedade, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.</p> <p>São pessoas consideradas com influência significativa no Conglomerado Banese:</p> <p><b>I-</b> Acionista Majoritário;</p> <p><b>II-</b> Conselheiros de Administração;</p> <p><b>III-</b> Conselheiros Fiscais;</p> <p><b>IV-</b> Diretores Executivos;</p> <p><b>V-</b> Demais Membros de Órgãos Estatutários.</p>
<b>Transação com Partes Relacionadas</b>	<p>É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre o Banese e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.</p>
<b>Conflito de interesses</b>	<p>Configura-se conflito de interesses quando alguém não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da Companhia. Trata-se de situação que deve ser examinada e tratada em cada caso concreto, quando verificado o confronto entre o interesse da Companhia e o interesse pessoal.</p>

## **CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO**

**Art. 2º** A presente política tem como público-alvo todo o corpo funcional do Conglomerado Banese.

## **CAPÍTULO III – INTRODUÇÃO**

**Art. 3º** Esta Política tem por objetivo estabelecer as regras, procedimentos e diretrizes a serem observadas pelo Conglomerado Banese, seus administradores e empregados em transações com partes relacionadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, com o propósito de assegurar igualdade e transparência no processo de transações com partes relacionadas, garantido aos acionistas do Banese, investidores e ao mercado em geral que todas as decisões sejam tomadas preservando os interesses da Instituição, consoante com as melhores práticas de Governança Corporativa.

## **CAPÍTULO IV – REGULAMENTAÇÃO ASSOCIADA**

**Art. 4º** A política possui como principais referenciais normativos:

**I-** Lei Federal 4.595/1964;

**II-** Lei Federal 6.404/1976;

**III-** Lei Federal nº 13.303/2016;

**IV-** Resolução CVM nº 80/2022 e seu Anexo F;

**V-** Resolução CVM nº 94/2022;

**VI-** Consolidações de Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: CPC 05 (R1), CPC 35 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45;

**VII-** Resolução CMN nº 4.693/ 2018;

**VIII-** Resolução CMN nº 4.818/2020.

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 5 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------

## **CAPÍTULO V – DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 5º** A política de transações com Partes Relacionadas tem como diretrizes básicas:

**I-** Garantir que as transações com partes relacionadas ocorram em condições compatíveis com as realizadas com os demais clientes e outras partes interessadas;

**II-** Assegurar que as transações com partes relacionadas estejam em conformidade com os preceitos legais e as demais normas complementares;

**III-** Certificar que as transações com partes relacionadas sejam devidamente formalizadas e divulgadas, de modo a assegurar a transparência do processo aos nossos acionistas, investidores e ao público em geral.

**IV-** Avalizar que as transações com as partes relacionadas estejam alinhadas às diretrizes do Código de Conduta Ética da Banese, devendo o administrador ou funcionário do Banese, caso identificado conflito de interesse, alegar-se impedido e abster-se de participar da negociação, da estruturação e do rito decisório relativo à operação, com o objetivo de garantir o exclusivo interesse do Banese.

**Parágrafo Único** - O detentor da alçada de aprovação de transação com parte relacionada é impedido, individual ou na qualidade de integrante de grupo, de deliberar assuntos de seu interesse direto ou indireto, devendo ser substituído por ocupante de cargo equivalente ou superior.

## **CAPÍTULO VI – CONDIÇÕES E LIMITES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM PARTES RELACIONADAS**

**Art. 6º** As operações com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos em regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carências, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de riscos para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes do mesmo perfil.

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 6 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------

**§ 1º** São consideradas condições compatíveis com as de mercado os parâmetros adotados pela instituição em operações de crédito de mesma modalidade para tomadores de mesmo perfil e risco de crédito.

**§ 2º** As operações de crédito a serem contratadas por partes relacionadas deverão respeitar o fluxo interno de alçadas operacionais. Nas situações nas quais exista membro envolvido na aprovação da transação, esse estará impedido de deliberar a respeito da matéria em virtude de potencial conflito de interesses, devendo declarar-se impedido, explicando seu envolvimento na transação e fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

**Art. 7º** O limite para operacionalização das operações de crédito com as partes relacionadas deve observar o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, não devendo ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:

**I-** 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural;

**II-** 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

**§ 1º** Os limites acima descritos devem ser apurados na data de concessão da operação, tendo por base o documento contábil relativo ao penúltimo mês em relação à data-base de referência.

**§ 2º** O Patrimônio Líquido Ajustado é calculado pelo somatório do saldo da conta cosif do patrimônio líquido do Banese (6.0.0.00.00-2), adicionado o saldo da conta cosif credora (7.0.0.00.00-9), deduzido do saldo das contas cosifs devedora (8.0.0.00.00-6) e autorizadas a funcionar pelo Banco Central - valor de equivalência Patrimonial (2.1.2.10.11-6).

**§ 3º** O limite de operações com partes relacionadas deverá respeitar, além dos limites impostos pela Resolução CMN nº 4.693/2018, o limite de 8% do Patrimônio Líquido Ajustado do Banese, nos termos definidos em seu Estatuto Social.

**Art. 8º** Devem ser computados nos limites de que trata o Art. 7º as operações de crédito com partes relacionadas que sejam:

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 7 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------

- I-** Cedidas a terceiros com retenção substancial de riscos e de benefícios ou de controle;
- II-** Adquiridas de terceiros, independentemente da retenção ou transferência de riscos e de benefícios ou de controle pelo cedente.

**Art. 9º** No contexto do Banese, os limites descritos no Art. 7º **não** se aplicam:

**I-** Às operações de crédito que tenham como contraparte instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

**II-** Às obrigações assumidas entre partes relacionadas em decorrência de responsabilidade imposta a membros de compensação e demais participantes de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas contrapartes em operações conduzidas no âmbito das referidas câmaras ou prestadores de serviços;

**III-** Às operações de crédito realizadas com as pessoas jurídicas que possuem diretores ou conselheiros de administração em comum com a Instituição concedente do crédito, desde que estes sejam considerados independentes em ambas as contrapartes, conforme o critério de independência descritos no Art. 8º, §2º e §3º da Resolução CMN nº 4.693/2018. Infere-se que esta exceção se aplica apenas à Instituição concedente de crédito sob a forma de S.A. de capital aberto e as que estão sujeitas à obrigatoriedade de constituição de Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021.

## **CAPÍTULO VII – TRANSPARÊNCIA**

**Art. 10.** O Conglomerado Banese tem obrigatoriedade de divulgação de relacionamento entre as partes relacionadas da Companhia e entre controladora, em conformidade com o Art. 247 da Lei nº 6.404/1976, e com a Resolução CVM nº 94/2022, sendo uma exigência adicional ao já requerido pelos CPC 05 (R1), CPC 35 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45:

**I-** A Companhia deve divulgar informações sobre transações com partes relacionadas por meio de suas demonstrações contábeis periódicas, do Formulário de Referência, quando a operação configurar Fato Relevante, ou ainda quando couber Comunicado a respeito da Transação, nos termos da legislação

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 8 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------

aplicável, de modo a assegurar a transparência do processo aos acionistas, aos investidores e ao mercado;

**II-** Deve ser divulgado o relacionamento (transação) entre partes relacionadas quando existir controle, isto é, quando um investidor exerce o controle individual ou controle conjunto ou influência significativa sobre a investida, com o objetivo de visualizar os efeitos na Companhia, tendo que divulgar os respectivos detalhes e transações em Nota Explicativa própria.

**Art. 11.** Os empregados do Conglomerado Banese, em transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, deverão manter sigilosas as informações pessoais dos acionistas, salvo para fins de obrigação legal ou regulatória.

**Art. 12.** As transações com partes relacionadas devem ser levadas ao conhecimento do conselho de administração, na reunião seguinte a realização da operação.

## **CAPÍTULO VIII – GESTÃO DA POLÍTICA**

**Art. 13.** A gestão desta Política é de responsabilidade da Diretoria de Finanças, Controles e Relações com Investidores – **DIFIC**, através da Superintendência de Gestão de Riscos – **SUGER** e da Superintendência de Finanças – **SUFIN**.

## **CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** Compete à **DIFIC/SUGER/SUFIN** propor a revisão ou alteração do texto desta Política, no mínimo anualmente, podendo ser revisada em período inferior caso seja pertinente, devendo submetê-la à apreciação do Comitê de Gerenciamento de Capital e Riscos - COGER, da Diretoria Executiva – DIREX e encaminhada ao Conselho de Administração - CONAD para homologação, a quem caberá a análise dos casos omissos.

**Art. 15.** O conteúdo desta Política possui caráter público.

(\*) Alterado em relação à versão anterior

Unidade Banese	Publicado em 17/10/2025	Versão 3	Classificação #externa	Destinado a Público externo	Pág. 9 de 9
-------------------	----------------------------	-------------	---------------------------	--------------------------------	----------------